



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2003

MINISTRO DA FAZENDA
Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL
Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE
Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS
Almério Cançado de Amorim
José Antônio Gragnani
Luiz Tacca Júnior
Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE
Alex Pereira Benício
Bento André de Oliveira
Fabiana Magalhães Rodopoulos
Fabiano Mourão Vieira
José Cordeiro Neto
Lindemberg de Lima Bezerra
Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela
Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que
mencionada a fonte.

Distribuição:
(61) 412-3970/3971

Informações:
Tel: (61) 412-2203
Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stncesef@fazenda.gov.br
Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2ª andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 1, jan. 2003. 29 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em janeiro de 2003, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 6,9 bilhões. O Tesouro Nacional registrou superávit de R\$ 8,7 bilhões, enquanto que a Previdência Social e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,7 bilhão e R\$ 38,0 milhões, respectivamente.

Em janeiro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 6,9 bilhões.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Jan	Dez	Jan
	2002	2002	2003
I. RECEITA TOTAL	29.237,5	33.941,0	32.442,6
I.1. Receitas do Tesouro	24.106,3	23.867,6	26.981,2
I.1.1 Receita Bruta	24.363,1	24.959,7	27.363,9
I.1.2. (-) Restituições	-157,5	-1.092,1	-382,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-99,3	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.131,2	10.073,3	5.461,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.808,1	4.742,2	5.704,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	24.429,5	29.198,8	26.738,3
IV. DESPESA TOTAL	18.378,6	32.329,3	19.765,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.241,4	8.790,1	7.514,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.157,9	13.070,8	7.201,3
IV.3. Custeio e Capital	4.979,2	10.468,4	5.049,8
IV.3.1. Despesas do FAT	333,5	721,9	569,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	130,7	238,0	184,3
IV.3.3. Outras Despesas	4.515,0	9.508,4	4.296,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	6.050,9	-3.130,5	6.972,7
V.1. Tesouro Nacional	7.077,6	-133,0	8.712,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.026,7	-2.997,5	-1.740,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-22,8	-142,0	-38,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	6.028,1	-3.272,5	6.934,7
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	5,92%	-2,51%	5,74%

(*) Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Jan2003/Jan2003	
Receitas	11,0%
Tesouro	11,9%
Previdência	6,4%
Transferências	18,6%
Receita Líquida	9,5%
Despesas	7,5%
Benefícios	16,9%
Pessoal	3,8%
Custeio e Capital	1,4%

O resultado primário do Governo Central no primeiro mês do ano foi R\$ 906,6 milhões (15,0%) superior ao obtido em janeiro de 2002. Esse desempenho está associado, em grande medida, ao comportamento das receitas do Tesouro Nacional, que cresceram R\$ 2,9 bilhões (11,9%) em termos nominais. Entre as receitas administradas, houve aumento de R\$ 953,4 milhões na Cofins (22,1%), devido a recolhimento atípico em janeiro deste ano; e de R\$ 607,4 milhões na CIDE, em função do pagamento dessa contribuição ter começado integralmente apenas a partir de fevereiro do ano passado. Entre as demais receitas, destaca-se o pagamento da cota-parte de compensações financeiras (*royalties* sobre a produção de petróleo e gás natural), R\$ 1,2 bilhão superior ao de janeiro do ano passado; e o pagamento de dividendos da União,

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Total	28,8%	26,9%
Transferências	4,7%	4,7%
Receita Líquida	24,0%	22,2%
Despesa Total	18,1%	16,4%
Resultado Primário	5,9%	5,7%

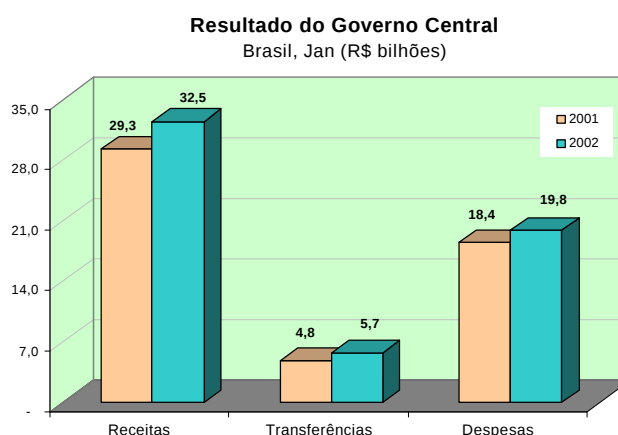
totalizando R\$ 369,6 milhões no mês em análise, contra R\$ 1,1 milhão em janeiro de 2002.

Por outro lado, houve o ingresso de receitas extraordinárias em janeiro do ano passado, sem correspondência este ano, com destaque para o imposto de renda pago pelos fundos de pensão (débitos em atraso no montante de R\$ 1,8 bilhão) e por estatal federal na troca de títulos públicos (R\$ 1,1 bilhão). Além disso, em janeiro de 2002 ocorreu o pagamento da concessão de serviços de telecomunicações (bandas D e E) no valor de R\$ 655,4 milhões, também sem correspondência em janeiro deste ano.

Por sua vez, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 343,6 milhões (2,8%) relativamente às verificadas em janeiro de 2002. Os gastos com pessoal e encargos sociais cresceram R\$ 273,1 milhões (3,8%) como reflexo, entre outros fatores, da revisão geral de 3,5% na remuneração dos servidores públicos e da reestruturação de carreiras estratégicas do funcionalismo público ocorrida ao longo de 2002. As despesas com custeio e capital cresceram R\$ 70,6 milhões (1,4%), tendo contribuído para isso o comportamento das despesas com abono e seguro-desemprego do FAT, associado, em parte, ao reajuste do salário-mínimo em abril do ano passado. O destaque do mês foi a redução de R\$ 218,7 milhões (4,8%) no item "outras despesas de custeio e capital", em função da medida de contenção dos gastos de janeiro deste ano (Decreto nº 4.571/2003), que estabeleceu a limitação da execução das despesas correntes a 6,0% e dos investimentos a 15,0% das dotações orçamentárias aprovada na Lei Orçamentária Anual (LOA), até que fosse publicada a programação financeira do exercício.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Tesouro Nacional	6,9%	7,2%
Previdência Social	-1,0%	-1,4%
Banco Central	0,0%	0,0%
Governo Central	5,9%	5,7%

Não obstante a ausência de receitas extraordinárias no mês, os resultados primários apurados pelo critério "acima-da-linha" para o Tesouro Nacional (R\$ 8,7 bilhões) e o Governo Central (R\$ 6,9 bilhões) são os maiores, em termos nominais, desde o ano de 1997.



(*) Inclui receitas e despesas do Banco Central

Por fim, a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 1,7 bilhão em janeiro de 2003, contra R\$ 1,0 bilhão no mesmo mês do ano anterior. Em grande medida, esse aumento está associado ao crescimento das despesas com benefícios previdenciários, cujo valor e quantidade médios cresceram respectivamente 11,3% e 4,9% este ano, quando comparado a janeiro de 2002.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
Jan (R\$ bilhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,1	5,5
Benefícios	6,2	7,2
Resultado Primário	-1,0	-1,7

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 27,4 bilhões em janeiro, superando em R\$ 2,4 bilhões o montante registrado em dezembro de 2002. Houve aumento de R\$ 1,8 bilhão na receita do IRPJ e de R\$ 794,6 milhões na CSLL, devidos ao pagamento da primeira cota ou cota única desses tributos, incidentes sobre o resultado apurado no último trimestre do ano passado. Além disso, contribuiu para o crescimento na arrecadação desses tributos o volume de vendas no mês de dezembro, com reflexos também nas receitas da Cofins (8,2%), do PIS/Pasep (34,0%) e da CIDE-Combustíveis (24,6%).

**Receitas do Tesouro
em relação ao mês
anterior**

Em contrapartida, observou-se redução no recolhimento do IRRF-Rendimento do Trabalho (38,2%), devido à tributação e recolhimento do 13º salário no mês de dezembro, e do IPI (29,1%), em decorrência do aquecimento sazonal das vendas no mês anterior.

Em janeiro, as receitas do Tesouro atingiram o montante de R\$ 27,4 bilhões, superando em R\$ 2,4 bilhões a arrecadação de dezembro.

Relativamente às demais receitas, merece destaque o ingresso de R\$ 1,8 bilhão, contra R\$ 505,8 milhões em dezembro de 2002, relativo à arrecadação de *royalties* e participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural. Vale mencionar também o recolhimento de R\$ 136,0 milhões pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), contra R\$ 4,2 milhões no mês anterior, referente à receita anual pela ocupação e retenção de área, em conformidade com o art. 51 da Lei nº 9.478/1997 e art. 28 do Decreto nº 2.705/1998.

A receita bruta do Tesouro Nacional atingiu 22,7% do PIB em janeiro de 2003, contra 23,9% estimado no mesmo mês do ano anterior. Em valores nominais, houve acréscimo de R\$ 3,0 bilhões, dos quais R\$ 2,5 bilhões referem-se às contribuições sociais. Ressalta-se que a arrecadação de janeiro de 2002 foi positivamente influenciada pelo pagamento de débitos tributários pelos fundos de pensão (R\$ 1,8 bilhão) e realização de lucro por empresa estatal relativo a transferência de títulos públicos (R\$ 1,1 bilhão).

**Receitas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**
**PRINCIPAIS VARIAÇÕES DAS RECEITAS
Jan (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Fundos de Pensão	1.828,0	-
Tribut. de Permuta c/ Tit. Púb.	1.146,0	-
CIDE-Combustíveis	60,8	667,8
Royalties e Partic. Especial	610,8	1.823,1
Dividendos da Petrobras	-	356,8
Concessão - Bandas D e E	655,4	-

Comparado a janeiro de 2002, os incrementos ocorreram nas receitas da Cofins (R\$ 953,4 milhões), devido à receita atípica no mês de janeiro de

2003, e da CIDE-Combustíveis (R\$ 607,0 milhões), em função da cobrança integral dessa contribuição ter começado apenas em fevereiro do ano passado.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Impostos	11,9%	9,5%
Imposto de Renda	9,6%	7,4%
IPI	1,4%	1,2%
Outros	0,9%	0,9%
Contribuições	9,7%	10,2%
Cofins	4,2%	4,4%
CPMF	1,8%	1,8%
CSLL	1,7%	1,4%
Cide - Combustíveis	0,1%	0,6%
Outras	1,9%	2,2%
Demais	2,3%	2,9%
Dividendos da União	0,0%	0,3%
Concessões	0,8%	0,1%
Outras	1,6%	2,5%
Total Bruto	23,9%	22,7%

Por outro lado, verificou-se redução de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação do IRPJ e de R\$ 253,0 milhões no IRRF-Outros Rendimentos, associadas ao recolhimento, em janeiro de 2002, dos fundos de pensão e empresa estatal, comentado anteriormente, sem correspondência neste ano.

A arrecadação do IPI registrou crescimento de 2,3%. Tal comportamento é atribuído à redução de alíquotas em setores importantes, como produtos químicos e metalurgia básica, e para veículos médios e populares a partir de julho de 2002.

Por fim, as demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 3,5 bilhões, contra R\$ 2,4 bilhões em janeiro de 2002. Esse aumento deveu-se principalmente ao crescimento das receitas com *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997), no valor de R\$ 1,2 bilhão (198,5%), explicado pelo aumento do preço do barril no mercado internacional, conjugado com a depreciação cambial e o aumento da produção interna de petróleo. Também observou-se aumento de receitas com dividendos, de R\$ 368,6 milhões, devido ao pagamento pela Petrobras em janeiro de 2003, no montante de R\$ 356,8 milhões. Por outro lado, as receitas de concessão apresentaram-se inferiores a janeiro de 2002 em R\$ 621,3 milhões, em função do recolhimento naquele mês de recursos referentes ao leilão das Bandas D e E.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Demais	2.371,6	3.540,6
Dividendos da União	1,1	369,6
Concessões	763,9	142,7
Outras	1.606,6	3.028,3

Transferências a estados e municípios

Em janeiro, o montante das transferências a estados e municípios permaneceu em 4,72% do PIB, nível observado no mesmo mês de 2002. Em termos nominais, houve aumento de 18,6%, o que corresponde a acréscimo da ordem de R\$ 896,2 milhões no montante transferido àqueles entes da federação.

Destacam-se os repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/96 que superaram em R\$ 303,6 milhões (92,8%) aqueles ocorridos em janeiro do anterior. Esse aumento é explicado pela transferência adicional, em janeiro de 2003, de valores referentes a novembro de 1999 atualizados pelo IGP-DI, conforme determina o artigo 3º da Lei Complementar nº 115/2002, que totalizou R\$ 336,0 milhões.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	3,84%	3,43%
Desoneração do ICMS	0,32%	0,52%
Demais	0,56%	0,77%
Total	4,72%	4,72%

As despesas do Tesouro Nacional passaram de R\$ 19,3 bilhões, em dezembro de 2002, para R\$ 12,6 bilhões, em janeiro de 2003. A maior queda correspondeu às despesas de custeio e capital que se reduziram de R\$ 10,5 bilhões para R\$ 5,0 bilhões no mês em análise. Cumpre ressaltar que estes gastos são sazonalmente mais elevados no último mês do ano.

Em janeiro, a despesa com pessoal e encargos sociais ficou R\$ 1,3 bilhão inferior à verificada em dezembro, quando foi efetuado o pagamento da segunda parcela do 13º salário dos servidores da União, além de parte das despesas relativas a férias. Tal redução ocorreu a despeito do impacto no caixa do Tesouro Nacional, em janeiro, dos seguintes pagamentos: i) oitava parcela relativa ao reajuste de 28,86% devido aos servidores civis da União, cujo montante liberado foi de R\$ 272,5 milhões; ii) quarta e última parcela do passivo do adicional de tempo de serviços (anuênios) devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU); iii) primeira parcela do passivo de 3,17% aos servidores do Poder Executivo (exceto militares) relativa à da isonomia em reajustes concedidos ao Legislativo e Judiciário em janeiro de 1995, com liberação de R\$ 139,9 milhões, e iv) adiantamento do 13º salário dos servidores da União referente ao exercício de 2003.

Boxe 1 – Decretos de Programação Financeira

O Decreto nº 4.571, de 14/01/2003 estabeleceu limite de execução das despesas correntes em seis por cento e dos investimentos em quinze por cento das dotações orçamentárias aprovada na Lei nº 10.640, de 14/01/2003 (LOA 2003), até a publicação do cronograma anual de desembolso. Em 10 de fevereiro foi publicado o Decreto nº 4.591/2003, dispondo sobre a programação financeira e orçamentária para o exercício, conforme o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com vistas a compatibilizar a realização da receita com a execução da despesa para cumprimento das metas fiscais, referido decreto limitou o pagamento das despesas discricionárias do Poder Executivo a R\$ 47,3 bilhões e a movimentação e empenho a R\$ 48,0 bilhões, resultando em bloqueio de R\$ 14,8 bilhões nos pagamentos, e de R\$ 14,1 bilhões na movimentação e empenho. Além disso, dos limites autorizados para pagamento, foram destinados R\$ 700,0 milhões para alocação futura das despesas com vistas ao atendimento de ações prioritárias, até que se proceda à avaliação do comportamento das receitas no primeiro bimestre.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com abono salarial, seguro-desemprego e demais despesas administrativas passaram de R\$ 721,9 milhões no mês anterior, para R\$ 569,2 milhões, em janeiro de 2003. Contribuíram para esse resultado os gastos com abono salarial, que perfizeram R\$ 132,0 milhões em dezembro de 2002, sem equivalente no primeiro mês de 2003. Por sua vez, os dispêndios com seguro desemprego totalizaram R\$ 483,2 milhões em dezembro, contra R\$ 539,1 milhões no mês em análise.

As demais despesas de custeio e capital perfizeram R\$ 4,3 bilhões em janeiro, contra R\$ 9,5 bilhões no mês anterior. Tal decréscimo pode ser explicado, em parte, pela liberação de R\$ 1,3 bilhão em dezembro, decorrente

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas com outras despesas de custeio e capital ficaram R\$ 5,4 bilhões abaixo das verificadas em dezembro de 2002.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Dez/2002	Jan/2003
Pessoal e Encargos	8.790,1	7.514,5
Custeio e Capital	10.468,4	5.049,8
Despesas do FAT	721,9	569,2
Subsídios e Subvenções	238,0	184,3
Outras	9.508,4	4.296,3

Em janeiro, foram liberados R\$ 287,4 milhões de créditos extraordinários, dos quais R\$ 261,1 milhões refere-se a restos a pagar.

da transferência do domínio aos estados e ao Distrito Federal da malha rodoviária federal, conforme definido na MP nº 82, de 7 de dezembro de 2002. Por outro lado, em janeiro foram liberados R\$ 287,4 milhões de créditos extraordinários, dos quais R\$ 261,1 milhões refere-se a restos a pagar.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 184,3 milhões, apresentando redução de 22,6% em relação ao mês anterior. Tal variação pode ser explicada, em grande medida, pelo decréscimo nos gastos com aquisição líquida de produtos no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), influenciadas pelas receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas, principalmente, algodão e milho, e pela redução nos dispêndios com equalização de taxas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf), cujo montante passou de R\$ 145,1 milhões, em dezembro de 2002, para R\$ 25,7 milhões, no mês em análise.

Despesas do Tesouro em relação janeiro de 2002

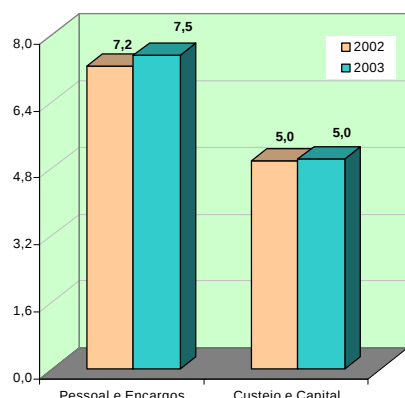
As despesas do Tesouro Nacional atingiram R\$ 12,6 bilhões (6,2% do PIB), ficando R\$ 343,6 milhões acima daquelas verificadas em janeiro de 2002, com destaque para o incremento dos gastos com pessoal e encargos sociais (R\$ 273,1 milhões) e com despesas do FAT (R\$ 235,7 milhões). Entre os fatores que afetaram a folha salarial em janeiro de 2003, sem correspondência em 2002, destacam-se:

- impacto, a partir de fevereiro de 2002, da revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001;
- reestruturação de diversas carreiras do funcionalismo público, dentre as quais a carreira militar das Forças Armadas, contemplada na MP nº 2.215, de 31/08/2001, com impacto financeiro a partir de julho de 2002;
- pagamento, em janeiro de 2003, da primeira parcela do passivo de 3,17% aos servidores do Poder Executivo (exceto militares) relativa à isonomia em reajustes concedidos ao Legislativo e Judiciário em janeiro de 1995.

As despesas do FAT totalizaram R\$ 569,2 milhões em janeiro de 2003, contra R\$ 333,5 milhões observados em janeiro do ano anterior, explicado, em parte, pelo reajuste do salário-mínimo ocorrido em abril de 2002.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Pessoal e Encargos	7,11%	6,22%
Custeio e Capital	4,89%	4,18%
Despesas do FAT	0,33%	0,47%
Subsídios e Subvenções	0,13%	0,15%
Outras	4,43%	3,56%

Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, Jan (R\$ bilhões)



As despesas com subsídios e subvenções econômicas apresentaram acréscimo de R\$ 53,6 milhões em relação às ocorridas em janeiro de 2002. Os subsídios no âmbito das operações oficiais de crédito, por sua vez, passaram de R\$ 11,6 milhões para R\$ 79,4 milhões. Tal variação está associada, basicamente, ao pagamento de despesas com equalização no âmbito do Pronaf, Custeio Agropecuário e Investimento Rural e Agroindustrial, as quais foram realizadas no último dia útil de dezembro, mas com impacto na conta única do Tesouro Nacional apenas em janeiro. Tal incremento ocorreu a despeito do recebimento líquido no valor de R\$ 159,4 milhões relativos as operações do AGF. Cabe ressaltar que em janeiro de 2003 foram verificadas despesas com o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) no montante de R\$ 63,3 milhões, sem equivalência no primeiro mês de 2003.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Agricultura	-12,6	37,3
Custeio Agropecuário	5,0	58,1
Investimento Rural	2,1	44,3
Preços Agrícolas	-20,4	-154,2
- EGF	0,0	0,0
- AGF	-40,4	-159,4
- Sustentação de preços	20,0	5,2
Pronaf	0,6	25,7
PESA	0,0	63,3
Outros	24,3	42,1
Exportação (Proex)	24,3	4,3
Habitação (PSH)	0,0	37,8
Total	11,6	79,4

Em janeiro, o déficit primário da Previdência Social atingiu R\$ 1,7 bilhão, contra R\$ 3,0 bilhões ocorrido em dezembro de 2002, refletindo redução de R\$ 4,6 bilhões na arrecadação líquida e de R\$ 5,9 bilhões nas despesas com benefícios.

A redução nominal de 45,8% na arrecadação líquida é explicada pelo recolhimento da contribuição sobre o 13º salário, em dezembro, e pelo repasse, em janeiro, das contribuições recolhidas sobre 13º salário de 2002 relativas às transferências a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros).

No que se refere às despesas com benefícios, a redução de 44,9% em relação ao último mês de 2002 reflete o pagamento efetuado em dezembro a título do 13º salário pago aos beneficiários do RGPS.

Relativamente a janeiro de 2002, as despesas com benefícios previdenciários apresentaram incremento de R\$ 1,0 bilhão devido a: i) aumento de 11,3% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário

Previdência Social

Benefícios Emitidos	jan/2002	jan/2003	%
Quantidade*	20,1	21,1	4,9%
Valor Médio**	309,6	344,7	11,3%

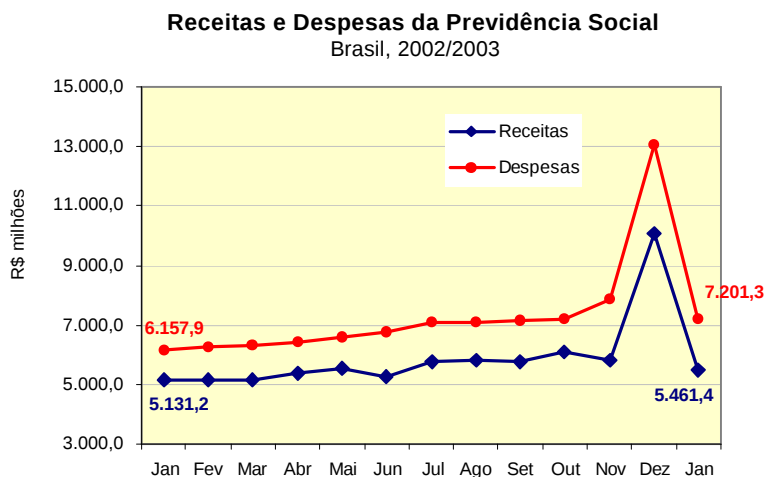
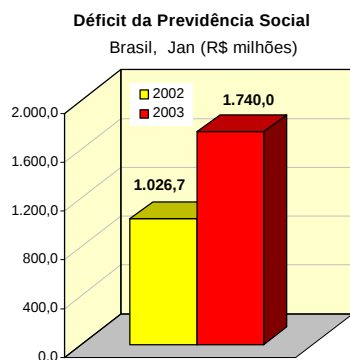
(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

mínimo a partir de abril de 2002 (com impacto no caixa a partir de maio) e reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2002 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) aumento de 978,0 mil na quantidade de benefícios pagos em janeiro de 2003.

Em janeiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,7 bilhão.

TABELA 2 RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2002-2003			
DISCRIMINAÇÃO	Jan 2002	Dez 2002	Jan 2003
Arrecadação Líquida	5.131,2	10.073,3	5.461,4
Arrecadação Bruta	5.806,5	10.648,4	6.257,8
- Contribuição Previdenciária	5.390,5	10.169,2	5.764,6
- Simples	268,8	288,5	323,6
- CDP	0,0	0,0	0,0
- CFT	40,6	67,5	0,0
- Depósitos Judiciais	52,6	80,6	113,3
- Refis	36,5	29,7	35,1
- Outras Receitas	17,4	13,0	21,2
(-) Restituição/Devolução	-25,1	-91,1	-12,8
(-) Transferências a Terceiros	-650,1	-483,9	-783,7
Benefícios Previdenciários	6.157,9	13.070,8	7.201,3
Resultado Primário	-1.026,7	-2.997,5	-1.740,0
Resultado Primário/PIB	-1,01%	-2,30%	-1,44%

Considerando as emissões dos benefícios em janeiro de 2003 comparativamente ao mesmo mês em 2002, observa-se que: i) as aposentadorias aumentaram em 371,9 mil (3,3%); ii) os auxílios – doença, aumento de 239,8 mil (40,5%); iii) as pensões por morte, aumento de 164,3 mil (3,2%); iv) os benefícios assistenciais aumentaram 147,6 mil (7,0%); v) os benefícios acidentários, incremento de 30,2 mil benefícios (4,4%); vi) os salários maternidade, aumento de 21,2 mil (19,5%); e vii) os demais benefícios aumentaram em 3,0 mil (18,7%).



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

No mês de janeiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 336,6 bilhões, valor equivalente a 24,8% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em janeiro de 2002.

TABELA 3 DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2002/2003			
	2002		2003
	Jan	Dez	Jan
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	120.583	71.401	73.955
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	514.240	558.883	576.695
Dívida Contratual da STN	-304.059	-377.208	-390.142
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-89.598	-110.274	-112.598
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	173.221	262.689	262.654
Dívida Mobiliária em Poder do Público	131.535	200.668	200.987
Títulos Depositados em Garantia	-3.992	-6.442	-6.393
Dívida Contratual	46.641	69.554	69.171
Disponibilidades	-963	-1.091	-1.110
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	293.804	334.090	336.609
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,3%	25,0%	24,8%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em janeiro, a dívida líquida aumentou R\$ 2,5 bilhões em relação a dezembro devido, principalmente, a emissão líquida ocorrida no mês.

Em relação a dezembro, a dívida líquida aumentou R\$ 2,5 bilhões. Esse comportamento é explicado pelo aumento da dívida interna líquida, devido ao aumento da dívida mobiliária em mercado contrabalançado, em grande parte, pelo aumento dos haveres contratuais do Tesouro Nacional.

A dívida interna líquida passou de R\$ 71,4 bilhões, em dezembro de 2002, para R\$ 74,0 bilhões, em janeiro de 2003, refletindo o crescimento do estoque da dívida mobiliária em mercado devido, principalmente, às emissões líquidas ocorridas no mês de janeiro (R\$ 7,1 bilhões). Em contrapartida, houve aumento dos haveres contratuais do Tesouro Nacional (R\$ 12,9 bilhões), explicado pela variação positiva de seus principais indexadores, IGP-DI (2,17%), IGP-M (2,33%) e TR (0,49%), e acréscimo nos saldos dos fundos, devido ao aumento das disponibilidades do FAT no extramercado.

Dívida Interna Líquida

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

	2002		2003
	Jan	Dez	Jan
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	120.583	71.401	73.955
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	514.240	558.883	576.695
LFT	279.676	356.026	375.453
LTN	48.040	13.584	12.118
NTN-C	26.836	47.230	47.878
NTN-D	40.710	49.893	49.611
Demais	97.231	67.343	66.737
Dívida Securitizada	19.522	22.801	22.898
TDA	2.225	2.005	2.000
DÍVIDA CONTRATUAL	-393.657	-487.482	-502.740
<i>Tesouro Nacional</i>	-304.059	-377.208	-390.142
Dívida Bancária	25.364	25.206	25.226
Lei nº 7.976/89	-10.684	-13.185	-13.107
Lei nº 8.727/93	-45.312	-46.385	-46.603
Lei nº 9.496/97	-154.769	-190.406	-194.297
Renegociação Dívida Municipais	-20.375	-27.034	-27.647
Demais Haveres da STN	-98.283	-125.404	-133.715
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-89.598	-110.274	-112.598
FAT	-65.643	-79.194	-81.425
Demais Entidades	-23.955	-31.080	-31.172
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	42,6%	41,8%	42,5%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,6%	-36,4%	-37,1%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,2%	-28,2%	-28,8%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,0%	5,3%	5,5%

Em janeiro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 74,0 bilhões.

Emissões e Resgates

Em janeiro, houve emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 7,1 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 15,6 bilhões e os resgates a R\$ 8,5 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 15,4 bilhões em LFT, com vencimentos em janeiro, agosto e dezembro de 2003 e maio de 2004.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 146,6 milhões, tendo sido mais representativas: i) R\$ 72,0 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), em troca de títulos da dívida securitizada; ii) R\$ 41,1 milhões em CVS para securitização de dívida do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS); e iii) R\$ 28,6 milhões em NTN-C para securitização de dívidas, dos quais R\$ 12,9 milhões em favor da Paranapanema S/A, R\$ 9,4 milhões para a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer) e R\$ 6,4 milhões em favor de FNC Comércio e Participações referente à dívida das Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebras).

Boxe 2 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos R\$ 16,7 milhões correspondem à venda direta por meio de internet – Tesouro Direto. Desse montante, 56,1% referem-se à venda de títulos prefixados (LTN), 25,5% de títulos indexados a índices de preços (NTN-C) e 18,4% indexados à taxa de juros (LFT).

No mês, foram resgatados R\$ 918,4 milhões em títulos emitidos por meio de emissão direta. Desse total, R\$ 844,4 milhões corresponderam a pagamentos e o restante (R\$ 74,0 milhões) a cancelamentos, dos quais R\$ 72,0 milhões referem-se à operação de troca por CFT-E1, anteriormente citada.

TABELA 5
EMISSOES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER
DO PÚBLICO
BRASIL, Jan/2003

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	15.422	147	15.568
LFT	15.408	0	15.408
LTN	9	0	9
NTN-C	4	29	33
NTN-D	0	0	0
TDA	0	0	0
Securitizada**	0	41	41
Demais	0	77	77
II. Resgates***	7.539	918	8.457
LFT	4.412	0	4.412
LTN	1.662	0	1.662
NTN-C	856	0	856
NTN-D	608	0	608
TDA	0	25	25
Securitizada**	0	345	345
Demais	0	549	549
III. Valor líquido (I-II)	7.883	-772	7.111

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.
** Inclui dívida agrícola
*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos

O Tesouro Nacional realizou, em janeiro, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 7,1 bilhões.

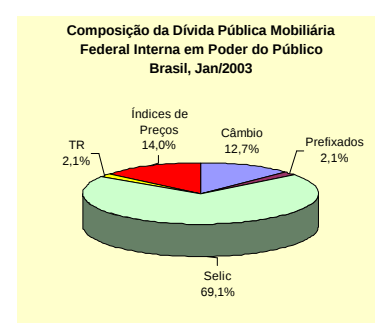
Quanto à composição da DPMFi, destacam-se: i) aumento da participação dos títulos remunerados pela taxa Selic (1,3 ponto percentual), resultado da emissão líquida de R\$ 11,0 bilhões em LFT; ii) redução da participação dos títulos cambiais, tendo em vista resgate líquido de R\$ 607,7 milhões em NTN-D; e iii) queda na participação dos títulos indexados por índices de preços, devido ao resgate líquido de NTN-C em R\$ 823,5 milhões.

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR
TIPO DE RENTABILIDADE
BRASIL, 2002/2003

(%)

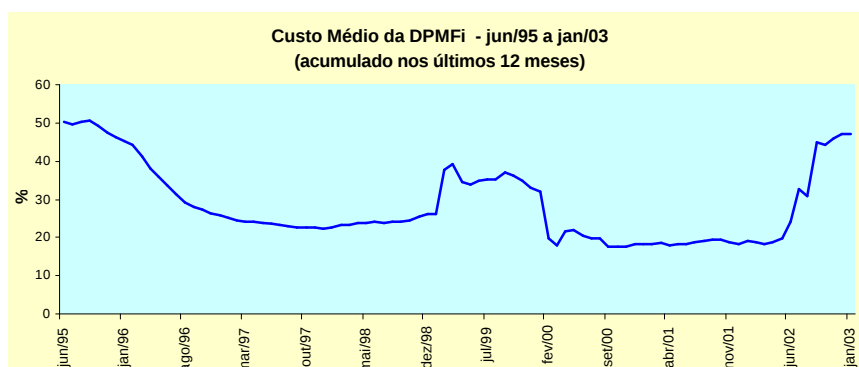
Indexador	2002		2003
	Jan	Dez	Jan
Selic	66,08	67,81	69,13
Câmbio	10,95	13,09	12,68
Prefixados	9,41	2,46	2,13
Índices de Preços	10,78	14,49	13,95
TR	2,77	2,15	2,10
Outros	0,01	0,01	0,01

* Não inclui dívida agrícola.



Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 23,3% a.a., em dezembro, para 25,2% a.a., no mês em análise, devido, principalmente, à menor apreciação cambial de janeiro (0,21% a.m.) em relação ao mês anterior (2,84% a.m.), e à maior variação da taxa Selic (1,97% a.m.) em relação a dezembro (1,74% a.m.).



Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 30,2% a.a., em dezembro, para 28,2% a.a., em janeiro. Contribuiu para esta redução, principalmente, a menor variação dos índices de preços em relação a dezembro, que afetaram particularmente o custo médio das NTN-C e de grande parte dos títulos da dívida securitizada.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi total foi de 28,2% a.a. em janeiro.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUAL DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2003

		(% anual)	
Período	Total (1)	Total (2)	
2000	17,45	17,64	
2001	17,18	18,28	
2002	Jan	17,87	24,31
	Fev	17,93	13,09
	Mar	17,61	15,15
	Abr	17,98	19,91
	Mai	18,42	34,65
	Jun	19,63	72,19
	Jul	19,98	128,63
	Ago	20,50	5,69
	Set	21,14	337,95
	Out	24,79	12,83
	Nov	35,61	30,43
	Dez	30,17	23,28
2002	21,69	45,00	
2003	Jan	28,15	25,22

Pub - Títulos emitidos em oferta pública.

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

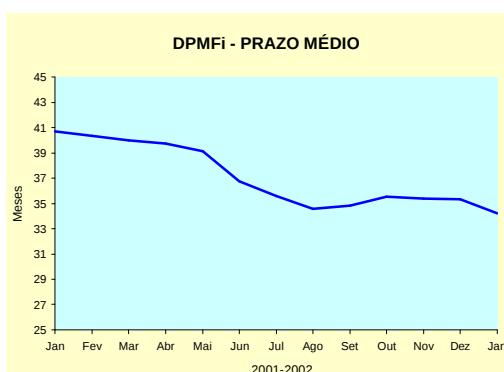
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Em janeiro, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou ligeira redução, passando de 35,3 meses para 34,2 meses. A queda deveu-se principalmente ao menor prazo médio de emissão das LFT em janeiro (11,1 meses) em relação ao prazo médio no mês anterior (21,8 meses).

Prazo Médio

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003 (meses)

Período	Total
2002	
Jan	40,70
Fev	40,34
Mar	40,01
Abr	39,76
Mai	39,16
Jun	36,76
Jul	35,60
Ago	34,57
Set	34,85
Out	35,53
Nov	35,39
Dez	35,32
2003	
Jan	34,21



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003 (meses)

Título	2002		2003
	Jan	Dez	Jan
LTN	4,16	3,01	2,35
LFT	35,93	21,81	20,65
NTN-C	73,17	68,12	68,34
NTN-D	20,17	18,07	17,28
TDA	50,58	54,15	53,57
Divida Securitizada*	74,11	61,39	60,84
Demais	101,82	118,76	118,24
Total	40,70	35,32	34,21

(*) Inclui dívida agrícola

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), em reais, permaneceu estável no mês de janeiro de 2003. O fator principal que determinou esse comportamento foi a pequena variação cambial ocorrida no mês. Em dólares, observou-se ligeira elevação do saldo devedor, em virtude, primordialmente, do aumento no estoque dos bônus de captação provocado pela valorização do euro e iene frente à moeda norte-americana.

Dívida Externa Líquida

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003 (R\$ milhões)

	2002		2003
	Jan	Dez	Jan
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	131.535,1	200.667,7	200.986,8
Bônus de Renegociação	46.744,8	65.418,4	65.279,6
Bônus de Captação	84.790,2	135.249,3	135.707,2
II. DÍVIDA CONTRATUAL	46.640,9	69.554,3	69.171,0
Organismos Multilaterais	24.328,5	39.347,0	39.015,3
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.223,6	11.989,0	11.969,0
Clube de Paris	14.088,8	18.218,3	18.186,7
DÍVIDA EXTERNA BRUTA (I + II)	178.176,0	270.222,0	270.157,7
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.991,7	-6.442,1	-6.393,5
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-963,0	-1.090,9	-1.110,2
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	173.221,3	262.688,9	262.654,1
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	14,3%	19,6%	19,4%

Em janeiro, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 262,7 bilhões.

Os pagamentos relativos à DPFe em janeiro totalizaram R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 2,0 bilhões referem-se a juros e encargos e R\$ 146,3 milhões a principal. A maior parte dos pagamentos no mês (R\$ 1,8 bilhão) referiu-se a juros e encargos da dívida mobiliária externa.

Em janeiro, as despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,1 bilhões.

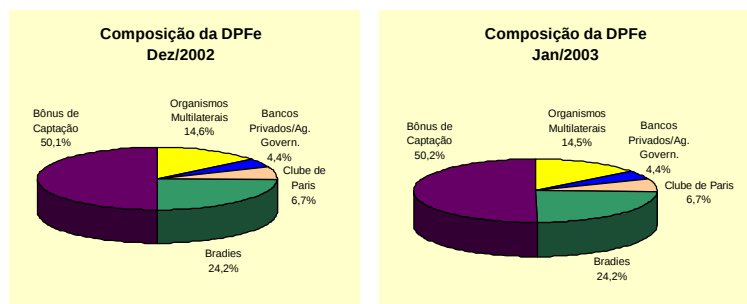
TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Jan/2003

(R\$ milhões)			
Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	146,3	1.983,7	2.130,0
I.1. Organismos Multilaterais	62,1	141,8	203,9
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	84,2	24,1	108,3
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	1.817,8	1.817,8

Composição

Em janeiro, não ocorreram alterações significativas na composição do estoque da DPFe, conforme pode-se observar nos gráficos abaixo, como reflexo da não ocorrência de eventos em montantes expressivos.

A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa foi de 50,2%, em janeiro.



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa reduziu-se de 5,97 anos, em dezembro, para 5,91 anos, em janeiro, devido à diminuição no prazo remanescente dos títulos. Já o custo médio em dólares permaneceu estável em relação a dezembro em virtude da ausência de alterações no seu comportamento.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,54% a.a. e prazo médio de 5,91 anos, em janeiro.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2002/2003

Título	2002		2003
	Jan	Dez	Jan
Prazo Médio (anos)	6,65	5,97	5,91
Bônus de Renegociação	6,40	6,07	5,97
Bônus de Captação	6,79	5,92	5,87
Globais	8,25	7,20	7,17
Euros	3,85	3,39	3,37
Demais	2,68	2,34	2,27
Custo Médio (% a.a.) *	8,41	8,54	8,54
Bônus de Renegociação	5,19	4,93	4,93
Bônus de Captação	10,19	10,28	10,28
Globais	11,11	11,16	11,16
Euros	9,94	10,12	10,11
Demais	5,07	4,94	4,97

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2002	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2003
I. RECEITA TOTAL	29.237,5	23.989,7	23.412,9	26.813,8	24.910,7	22.334,0	27.139,0	24.132,8	29.023,8	29.967,2	26.978,0	33.941,0	32.442,6
I.1. Receitas do Tesouro	24.106,3	18.805,9	18.232,7	21.442,5	19.374,0	17.044,8	21.362,5	18.326,7	23.267,4	23.875,9	21.146,5	23.867,6	26.981,2
I.1.1. Receita Bruta	24.363,1	19.156,5	18.437,5	21.635,6	19.618,8	18.176,4	22.537,7	19.749,2	24.010,9	24.829,3	22.065,1	24.959,7	27.363,9
- Impostos	12.109,0	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3	11.453,2
- Contribuições	9.882,4	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5	12.370,0
- Demais	2.371,6	2.452,1	1.522,0	2.860,8	1.979,3	1.318,1	2.515,0	1.575,4	2.095,9	2.676,8	1.730,7	2.893,9	3.540,6
I.1.2. (-) Restituições	-157,5	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1	-382,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.131,2	5.183,8	5.180,2	5.371,3	5.536,6	5.289,2	5.776,5	5.806,0	5.756,4	6.091,4	5.831,6	10.073,3	5.461,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.808,1	5.436,9	4.329,5	4.282,1	5.343,5	3.676,3	4.245,1	4.183,2	4.413,3	5.273,2	5.406,5	4.742,2	5.704,3
II.1. Transferências Constitucionais	3.913,7	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7	4.144,0
II.2. Lei Complementar 87/96	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0
II.3. Demais	566,0	573,2	513,1	283,2	842,9	374,3	674,7	773,0	698,4	524,5	1.179,3	588,1	927,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	24.429,5	18.552,8	19.083,4	22.531,8	19.567,2	18.657,7	22.893,9	19.949,6	24.610,5	24.694,1	21.571,5	29.198,8	26.738,3
IV. DESPESA TOTAL	18.378,6	15.973,7	17.027,7	16.754,6	17.711,1	16.824,6	20.929,5	18.561,8	17.598,2	20.873,5	20.526,1	32.329,3	19.765,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.241,4	5.486,6	5.281,0	5.359,4	5.288,5	5.923,1	7.046,9	5.543,6	5.248,9	5.684,4	6.411,4	8.790,1	7.514,5
IV.1.1. INSS	397,2	278,4	293,1	305,0	292,4	327,3	422,1	298,6	287,7	294,6	317,0	425,2	452,8
IV.1.2. Demais	6.844,3	5.208,2	4.987,9	5.054,4	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8	7.061,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.157,9	6.254,7	6.316,7	6.413,8	6.608,6	6.733,9	7.091,5	7.117,2	7.167,1	7.230,0	7.864,5	13.070,8	7.201,3
IV.3. Custeio e Capital	4.979,2	4.232,5	5.430,0	4.981,3	5.814,0	4.167,6	6.791,1	5.901,0	5.182,2	7.959,2	6.250,2	10.468,4	5.049,8
IV.3.1. Despesa do FAT	333,5	627,5	467,2	434,6	788,9	94,2	1.227,3	879,9	795,4	930,3	616,1	721,9	569,2
- Abono e Seguro Desemprego	311,4	584,0	370,7	361,6	735,3	60,9	1.195,3	821,2	747,3	829,8	429,8	615,2	539,0
- Demais Despesas do FAT	22,1	43,5	96,6	73,0	53,7	33,2	32,0	58,7	48,1	100,5	186,3	106,8	30,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	130,7	-0,5	96,9	131,9	142,8	-34,5	81,1	171,3	-55,4	1.472,7	1,7	238,0	184,3
- Operações Oficiais de Crédito	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4
- Subvenções aos Fundos Regionais	119,1	-83,2	2,3	64,5	63,7	-68,7	12,2	57,0	0,1	56,7	60,1	12,4	105,0
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.515,0	3.605,4	4.865,9	4.414,8	4.882,3	4.107,9	5.482,7	4.849,8	4.442,2	5.556,2	5.632,3	9.508,4	4.296,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	6.050,9	2.579,0	2.055,7	5.777,2	1.856,1	1.833,1	1.964,4	1.387,8	7.012,3	3.820,6	1.045,5	-3.130,5	6.972,7
V.1. Tesouro Nacional	7.077,6	3.649,9	3.192,2	6.819,7	2.928,1	3.277,8	3.279,4	2.699,0	8.423,0	4.959,2	3.078,4	-133,0	8.712,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.026,7	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-22,8	-53,2	-57,8	-56,6	-43,8	-70,7	-60,0	-77,5	-86,8	-58,2	-48,0	-142,0	-38,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	6.028,1	2.525,8	1.998,0	5.720,6	1.812,3	1.762,4	1.904,5	1.310,4	6.925,4	3.762,3	997,5	-3.272,5	6.934,7
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.011,6	-381,3	316,3	11,9	35,8	19,1	185,1	107,5	-881,6	550,6	563,1	-1.093,6	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	7.039,6	2.144,5	2.314,2	5.732,5	1.848,0	1.781,5	2.089,6	1.417,9	6.043,8	4.312,9	1.560,5	-4.366,1	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-12.518,5	-678,6	-3.200,2	-8.338,9	-15.995,2	-23.076,4	-28.470,0	12.383,6	-40.920,9	565,3	-499,5	2.139,2	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-5.478,9	1.465,9	-886,0	-2.606,4	-14.147,2	-21.294,9	-26.380,4	13.801,5	-34.877,0	4.878,2	1.061,1	-2.226,9	nd

(*) Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2002	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2003
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	22.989,4	27.751,7	24.647,0	26.414,5	31.035,7	29.321,4	27.994,8	35.339,5	33.924,5	38.879,4	30.431,4	40.559,9	26.460,3
I.1 - Recolhimento Bruto	15.532,7	19.670,3	17.213,7	17.988,9	20.507,2	15.759,7	17.971,3	20.104,4	19.689,9	24.524,9	22.292,0	25.397,7	19.234,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	633,2	774,2	906,7	1.183,4	790,4	911,5	676,4	738,1	738,6	1.775,7	916,0	1.131,7	663,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	144,3	647,0	156,5	83,9	117,4	111,0	239,0	139,4	185,9	282,3	286,4	-110,1	309,7
I.5 - Receita do Salário Educação	213,6	114,6	119,6	124,6	125,7	129,7	130,7	159,9	137,7	148,0	155,1	157,4	245,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.334,1	5.190,0	5.564,7	5.695,6	5.844,9	5.707,4	6.224,3	6.167,0	6.439,1	7.016,9	6.551,7	10.889,6	6.004,8
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	1.230,7	1.355,6	685,9	1.338,0	3.650,0	6.702,2	2.753,1	8.030,7	6.733,3	5.131,6	380,2	3.093,6	2,7
II. DESPESAS	25.675,4	25.814,9	23.204,0	26.267,7	24.156,5	26.686,6	25.320,7	28.930,8	26.459,9	33.935,4	31.130,5	40.427,0	24.603,3
II.1 - Liberações Vinculadas	5.869,1	6.158,3	4.847,4	5.038,3	5.938,3	4.498,2	4.898,4	5.540,3	5.214,3	5.615,6	6.262,4	5.726,0	6.856,8
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.175,5	4.832,2	3.715,7	3.882,0	4.471,2	3.165,2	3.451,6	3.280,2	3.605,7	4.709,5	4.152,4	3.980,8	4.508,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	165,8	344,8	174,6	171,5	457,3	250,1	242,1	605,9	363,5	356,1	802,4	350,8	419,0
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0
II.1.4 - Outras Vinculações	1.199,5	651,0	627,8	655,5	680,4	753,5	875,4	1.324,8	915,7	220,7	978,2	1.065,0	1.296,0
II.2 - Liberações Ordinárias	19.806,2	19.656,6	18.356,6	21.229,4	18.218,2	22.188,4	20.422,3	23.390,6	21.245,6	28.319,8	24.868,1	34.701,0	17.746,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.079,9	5.289,0	5.390,9	5.217,0	5.258,7	7.457,7	5.352,9	5.505,8	5.290,4	5.546,6	8.349,8	7.136,5	6.628,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.626,4	1.236,1	682,0	2.676,4	758,8	940,4	1.804,2	1.317,5	1.161,5	6.205,7	520,1	726,1	2.113,8
i) Dívida Contratual Interna	76,4	102,5	100,7	111,5	449,1	105,2	97,6	90,1	115,8	798,0	73,5	122,0	119,3
ii) Dívida Contratual Externa	1.550,0	1.133,7	581,4	2.564,9	309,7	835,2	1.706,6	1.227,3	1.045,6	5.407,8	446,6	604,1	1.994,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.104,4	2.644,0	1.751,7	3.043,1	1.195,0	2.466,7	1.638,0	1.507,1	3.102,4	2.623,4	2.766,0	2.165,0	933,8
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.377,3	6.494,5	5.977,3	6.550,3	6.854,9	6.613,2	6.864,5	8.714,3	6.188,5	6.885,1	7.968,9	15.207,5	4.841,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	2.450,1	3.723,9	4.281,5	3.554,2	3.922,7	4.567,2	4.437,4	6.051,5	5.368,3	6.321,4	5.014,6	8.683,3	2.997,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	168,1	269,1	273,2	188,4	228,2	143,1	325,3	294,4	134,6	737,6	248,7	782,5	231,2
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-2.686,0	1.936,8	1.443,0	146,8	6.879,2	2.634,8	2.674,1	6.408,7	7.464,6	4.944,0	-699,1	133,0	1.857,0
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	16.491,4	14.390,1	16.359,1	22.684,1	11.892,7	7.044,0	25.584,9	9.433,4	4.149,4	11.012,4	35.037,7	36.723,8	16.269,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	16.169,0	13.777,4	15.769,5	22.129,2	11.364,9	6.448,7	22.521,5	7.398,8	3.776,0	10.222,2	34.321,7	35.116,0	15.425,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	322,4	612,7	589,6	554,8	527,8	595,2	3.063,5	2.034,6	373,5	790,1	716,0	1.607,8	844,0
V. DESPESAS	11.352,5	15.212,7	15.676,5	19.695,7	5.855,9	18.295,1	10.345,3	10.869,9	14.717,5	31.814,5	34.760,9	24.406,4	8.056,9
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	11.180,8	15.006,6	15.365,1	18.941,2	4.597,6	16.418,1	7.665,6	9.796,0	14.134,6	27.964,8	33.742,2	21.326,1	7.179,4
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	171,7	206,1	311,4	754,5	1.258,3	1.877,0	2.679,8	1.073,8	582,9	3.849,8	1.018,7	3.080,2	877,5
V.2.1 - Dívida Interna	71,5	91,9	92,1	93,1	-82,4	105,4	89,0	82,4	102,4	1.519,5	58,9	121,7	104,2
V.2.2 - Dívida Externa	100,1	114,2	219,3	661,5	1.340,6	1.771,5	2.590,8	991,4	480,5	2.330,3	959,7	2.958,5	773,2
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	4.988,2	-1.229,2	404,4	3.188,1	6.767,2	-9.969,4	14.855,9	-2.397,2	-10.358,6	-17.742,6	579,5	13.789,9	8.245,6
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.686,7	3.372,8	4.703,4	4.363,5	4.692,1	-3.477,0	-12.108,2	-1.357,7
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-855,1	4.158,0	2.996,1	-176,7	18.614,5	70,4	21.286,5	9.675,6	1.260,0	-11.166,1	-3.899,3	342,3	8.711,5

(*) Dados retificados

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOIRO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Jan/2002	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2003
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	6.161,1	8.867,5	1.700,7	6.168,7	6.137,4	9.810,9	11.156,0	8.583,5	21.269,7	13.084,1	12.238,1	1.320,3	12.234,7
I.1. Emissão de Títulos	4.861,4	7.619,9	1.252,4	4.811,0	2.278,9	2.767,3	8.088,4	2.911,8	14.110,9	7.843,4	14.503,7	0,0	11.314,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.187,0	1.163,9	414,2	1.258,3	3.650,0	6.702,2	2.753,1	5.733,8	6.700,3	5.131,6	-2.287,3	1.189,3	943,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	112,7	83,8	34,0	99,3	208,5	341,5	314,5	-62,0	458,4	109,1	21,7	131,0	-23,7
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	9.469,2	5.823,8	830,2	9.480,5	438,8	1.124,2	7.783,2	3.880,1	16.906,2	8.392,0	15.715,1	13.428,5	13.592,4
II.1. Resgate de Títulos	7.963,1	5.021,9	729,5	8.247,8	7,8	11,8	6.047,7	3.307,7	15.646,1	7.718,5	14.485,0	12.305,4	12.325,5
II.2. Encargos da DPMF	1.506,1	801,9	100,7	1.232,7	431,1	1.112,4	1.735,5	572,4	1.260,1	673,5	1.230,0	1.123,1	1.266,9
III. RESULTADO (I - II)	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.686,7	3.372,8	4.703,4	4.363,5	4.692,1	-3.477,0	-12.108,2	-1.357,7

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jan/2002	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2003
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	5,0	19,0	17,6	20,2	18,9	19,1	18,1	17,5	0,7	38,4	12,0	0,0	58,1
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	2,1	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	73,6	0,0	59,6	44,3
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-20,4	28,2	9,0	7,5	-2,4	-11,1	10,2	-22,5	-69,0	-159,0	-175,9	-38,5	-154,2
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,8	1,9	0,0	3,8	0,0	6,3	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-40,4	5,9	-8,9	7,3	-10,1	-13,5	-7,6	-24,4	-74,0	-163,8	-195,8	-49,9	-159,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	20,0	22,2	17,8	0,1	7,6	2,1	17,0	0,0	5,0	1,0	20,0	5,1	5,2
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	0,6	25,2	22,4	24,5	24,3	26,1	38,6	50,4	4,5	208,8	26,0	145,1	25,7
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	24,3	10,4	33,4	15,2	38,3	0,2	2,0	68,9	7,0	170,7	39,4	55,3	4,3
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,3
VII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	11,3	40,0	4,1	37,8
VIII. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.072,3	0,0	0,0	0,0
IX. TOTAL	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jan/2002	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2003
I. DÍVIDA INTERNA	120.582,7	132.158,8	125.471,6	135.004,7	139.975,6	136.647,1	143.402,5	123.710,5	112.746,4	94.324,4	89.529,2	71.400,7	73.954,7
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7	569.525,7	556.691,1	564.376,7	558.882,9	576.694,8
Dívida Bancária	25.364,4	25.367,2	25.361,1	25.382,6	25.414,3	25.423,8	25.080,8	25.111,7	25.112,8	25.076,6	25.146,3	25.206,0	25.226,3
INSS	-11.277,4	-11.298,8	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6
Lei 7.976/89	-10.684,3	-10.425,0	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0
Bônus Renegociação	-19.081,6	-18.498,3	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6
Lei 8.727/93	-45.312,4	-45.331,5	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5
Lei 9.496/97	-154.768,7	-155.046,2	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-20.375,4	-20.425,8	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2
Recebíveis das Estatais	-18.285,1	-18.247,1	-18.289,1	-19.454,4	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9	-30.578,1
Outros	-30.059,8	-29.976,9	-30.175,4	-30.187,9	-30.173,2	-30.505,9	-37.194,9	-37.548,9	-38.043,9	-38.429,7	-38.843,3	-40.341,5	-42.236,7
Fat	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4
Demais Entidades	-23.955,2	-24.763,4	-25.392,9	-26.070,3	-26.676,8	-27.118,8	-27.463,3	-28.158,0	-28.419,2	-30.003,6	-30.274,3	-31.080,4	-31.172,5
Créditos das Operações Oficiais	-11.832,7	-11.414,8	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4
Arrecadação a Recolher	-7.746,0	-4.591,6	-4.587,8	-6.977,2	-3.581,2	-4.115,5	-6.576,0	-3.860,2	-6.579,0	-5.520,8	-3.993,4	-776,0	-7.292,2
II. DÍVIDA EXTERNA	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1
Dívida Mobiliária	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8
Títulos Depositados em Garantias	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5
Dívida Contratual	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0
Disponibilidades	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	293.803,9	300.199,5	294.900,4	309.924,4	327.579,4	349.412,5	400.310,9	349.229,6	400.560,5	362.235,4	359.657,4	334.089,6	336.608,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	24,3%	24,8%	24,3%	25,4%	26,7%	28,1%	31,9%	27,6%	31,3%	28,0%	27,4%	25,0%	24,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/2002	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2003
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	46.744,8	45.389,8	44.878,3	44.729,7	47.750,1	53.853,7	64.912,6	57.221,9	73.682,7	67.564,3	67.329,2	65.418,4	65.279,6
Brazil Investment Bond (BIB)	898,7	872,7	827,5	841,4	898,2	1.013,0	1.221,0	1.076,4	1.326,8	1.241,7	1.238,8	1.203,7	1.201,1
Par Bond (PB)	4.965,9	4.822,0	4.771,4	4.782,8	5.105,7	5.758,4	6.940,9	6.118,6	7.885,1	7.267,2	7.230,6	7.025,4	7.010,5
Discount Bond (DB)	5.274,4	5.121,5	5.067,8	5.152,7	5.500,6	6.203,7	7.477,7	6.591,7	8.494,9	7.949,9	7.931,3	7.706,2	7.689,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.468,1	1.425,5	1.410,6	1.434,2	1.531,0	1.726,8	2.081,3	1.834,8	2.364,5	2.212,8	2.207,6	2.145,0	2.140,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.814,7	15.356,3	15.195,4	15.449,8	16.492,9	18.601,3	22.421,1	19.764,7	25.471,1	23.836,9	23.781,3	23.106,4	23.057,4
Debt Conversion Bond (DCB)	9.175,4	8.909,4	8.816,1	8.961,2	9.566,7	10.789,1	13.004,6	11.463,8	14.773,7	13.825,8	13.735,6	13.345,8	13.317,5
New Money Bond (NMB)	3.778,4	3.668,9	3.630,5	3.445,2	3.677,8	4.147,9	4.999,7	4.407,3	5.679,8	4.935,7	4.924,2	4.784,4	4.774,3
Eligible Interest (EI)	5.369,2	5.213,5	5.158,9	4.662,5	4.977,3	5.613,5	6.766,3	5.964,6	7.686,7	6.294,4	6.279,7	6.101,5	6.088,5
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	84.790,2	82.283,0	84.374,4	89.321,3	95.862,0	109.937,1	129.566,6	114.383,5	147.215,0	137.774,0	137.526,9	135.249,3	135.707,2
Bônus Marco Alemão 2007	1.064,8	1.033,9	1.023,1	1.040,2	1.206,5	1.444,1	1.716,8	1.520,4	1.970,3	1.848,0	1.851,9	1.892,4	1.941,8
Bônus Parallel Franco	327,2	317,7	314,4	319,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Florim	389,5	378,3	374,3	380,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	311,9	302,9	299,7	304,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2027	8.464,1	8.218,7	8.132,6	8.268,8	8.827,0	9.955,4	11.999,8	10.578,1	13.632,2	12.757,5	12.727,8	12.366,6	12.340,3
Bônus Eurolira	831,2	807,1	798,7	812,1	866,9	1.094,0	1.300,6	1.151,8	1.492,6	1.399,9	1.402,9	1.433,6	1.471,0
Bônus Eurosterling 2007	513,0	499,5	492,9	501,1	535,0	603,3	805,6	704,0	918,0	857,0	850,3	854,1	871,5
Bônus Euro 2003	1.041,2	1.011,1	1.000,5	1.017,2	1.085,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.759,6	1.898,9
Bônus Marco Alemão 2008	823,0	799,1	790,7	804,0	904,9	1.083,1	1.287,6	1.140,3	1.477,7	1.386,0	1.388,9	1.419,3	1.456,3
Bônus Global 2008	3.022,9	2.935,3	5.809,0	5.906,3	6.305,0	7.111,0	8.571,3	7.555,8	9.737,3	9.112,5	9.091,3	8.833,3	8.814,5
Bônus Global 2004	7.254,9	7.044,6	6.970,8	7.087,5	7.566,0	8.533,2	10.285,5	9.066,9	11.684,7	10.935,0	10.909,5	10.599,9	10.577,4
Bônus Euro 2002	1.666,0	1.617,7	1.600,7	1.627,5	1.887,8	2.259,6	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.041,2	1.011,1	1.000,5	996,9	1.156,3	1.384,0	1.645,3	1.457,1	1.888,3	1.771,0	1.774,8	1.813,6	1.860,9
Bônus Global 2009	4.836,6	4.696,4	4.647,2	4.725,0	5.044,0	5.688,8	6.857,0	6.044,6	7.789,8	7.290,0	7.273,0	7.066,6	7.051,6
Bônus Euro 2006	1.457,7	1.415,5	1.400,6	1.399,7	1.623,5	1.943,2	2.310,2	2.045,8	2.651,3	2.523,1	2.491,9	2.546,4	2.612,9
Bônus Global 2020	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8
Bônus Euro 2010	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3
Bônus Global 2030	3.869,3	3.757,1	3.717,8	3.780,0	4.035,2	4.551,0	5.485,6	4.835,7	6.231,8	5.832,0	5.818,4	5.653,3	5.641,3
Bônus Samurai 2003	4.763,3	4.562,4	4.547,3	4.768,9	5.267,5	6.173,1	7.425,9	6.628,4	8.309,3	7.719,2	7.701,2	7.728,3	7.636,0
Bônus Euro 2005	2.603,1	2.527,6	2.501,2	2.518,6	2.921,4	3.496,7	4.214,8	3.681,3	4.770,7	4.474,6	4.484,0	4.582,1	4.701,7
Bônus Global 2007	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7
Bônus Global 2040	12.471,9	12.110,4	11.983,5	12.184,1	13.006,7	14.669,5	17.681,8	15.586,9	20.087,2	18.798,4	18.754,6	18.222,3	18.183,6
Bônus Euro 2007	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3
Bônus Samurai 2006	1.079,0	1.052,9	1.049,4	1.100,5	1.215,6	1.424,6	1.713,7	1.529,6	1.917,5	1.781,4	1.777,2	1.783,5	1.762,2
Bônus Global 2006	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7
Bônus Euro 2011	2.082,5	2.022,1	2.000,9	2.034,4	2.359,8	2.824,5	3.357,8	2.973,6	3.853,6	3.614,4	3.621,9	3.701,2	3.797,8
Bônus Global 2024	5.199,3	5.048,6	4.995,7	5.079,4	5.422,3	6.115,5	7.371,3	6.497,9	8.374,0	7.836,8	7.818,5	7.596,6	7.580,5
Bônus Samurai 2007	1.438,6	1.403,8	1.399,2	1.467,3	1.620,8	1.899,4	2.284,9	2.039,5	2.556,7	2.375,1	2.369,6	2.377,9	2.349,5
Bônus Global 2005	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8
Bônus Global 2012	3.022,9	2.935,3	2.904,5	2.953,1	3.152,5	3.555,5	4.285,6	3.777,9	4.868,6	4.556,3	4.545,6	4.416,6	4.407,3
Euro Bond 2009	-	-	-	1.017,2	1.179,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.850,6	1.898,9
Bônus Global 2010	-	-	-	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5
III. DÍVIDA CONTRATUAL	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2
V. TOTAL (II+III+IV)	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	14,3%	13,9%	13,9%	14,3%	15,3%	17,1%	20,5%	17,8%	22,5%	20,7%	20,6%	19,6%	19,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jan/2003	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2003
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	697.630,6	711.471,1	713.695,0	730.722,1	746.927,5	760.458,8	806.298,3	799.952,0	831.903,3	821.160,9	832.223,7	840.972,1	872.999,6
I. Dívida em Mercado	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7	569.525,7	556.691,1	564.376,7	558.882,9	576.694,8
Dívida Securitizada	19.482,2	23.712,1	22.560,4	22.161,8	22.219,6	22.214,0	22.396,2	22.988,0	23.030,9	21.810,0	22.147,8	22.793,6	22.890,2
Certificados de Privatização	40,2	40,2	40,3	40,4	40,5	40,5	40,6	26,7	8,0	8,1	7,7	7,5	7,7
TDA	2.224,5	2.244,0	2.245,4	2.217,4	2.206,7	2.193,8	2.215,5	2.158,7	2.157,0	2.080,1	2.099,8	2.005,1	1.999,9
LTN	48.039,9	47.389,4	56.897,2	61.907,9	61.006,2	56.249,0	51.746,4	48.187,3	43.031,1	41.016,9	27.862,5	13.583,6	12.118,2
LFT	279.676,2	277.993,1	260.294,3	265.366,0	268.387,8	270.183,2	298.070,4	295.315,3	304.292,9	303.789,9	325.000,7	356.026,5	375.453,2
LFT-A	21.148,4	21.276,7	21.430,3	21.608,7	21.758,4	21.903,4	22.041,9	22.216,8	22.368,9	20.152,6	18.444,4	3.209,0	3.248,3
LFT-B	29.619,2	29.639,1	29.842,8	29.873,9	29.909,3	29.879,4	29.845,2	22.405,4	13.660,8	13.665,2	13.528,3	12.735,4	12.752,4
NTN-A	11.307,8	10.944,7	10.842,8	10.790,0	11.578,0	12.990,4	15.890,9	14.080,5	18.162,3	16.635,4	16.663,5	15.924,8	15.918,7
NTN-B	8.156,9	8.404,4	9.275,6	9.403,4	9.514,7	9.588,1	9.694,9	9.905,3	10.072,6	10.237,8	10.189,4	10.698,5	9.347,3
NTN-C	26.836,1	30.746,9	30.922,8	33.589,0	34.753,6	35.920,9	36.651,3	38.412,9	40.515,6	44.888,8	54.934,2	47.229,8	47.877,9
NTN-D	40.709,8	47.277,5	50.921,8	53.710,2	56.073,2	61.936,2	67.138,5	58.089,5	68.963,3	58.734,3	49.128,6	49.893,5	49.610,6
NTN-H	213,5	173,4	173,7	160,6	161,0	161,3	161,6	162,1	162,4	162,9	163,4	163,9	164,7
NTN-I	1.513,9	1.415,8	1.381,5	1.398,3	1.514,0	1.709,2	2.005,8	1.729,2	1.813,2	1.664,6	1.902,6	1.711,8	1.675,4
NTN-P	4.595,7	4.622,8	4.654,1	4.687,7	4.728,5	4.758,0	2.340,4	2.358,2	2.373,8	2.392,2	2.410,4	2.443,6	2.467,4
CFT-A	11.938,6	11.242,7	11.228,9	11.220,3	11.244,0	11.295,6	11.460,6	11.765,6	11.974,5	12.181,2	12.660,9	13.146,1	13.359,9
CFT-D	1.655,8	1.614,9	1.614,1	2.304,7	2.506,7	2.760,3	3.042,1	3.149,0	3.445,8	3.826,1	3.716,6	3.726,6	3.583,5
Demais	7.081,2	3.991,9	4.015,1	2.277,0	2.393,0	2.432,8	2.925,8	3.158,3	3.492,7	3.445,1	3.516,0	3.583,8	4.219,6
II. Dívida com BACEN	183.390,6	188.741,5	195.354,0	198.004,9	206.932,5	214.242,6	228.630,1	243.843,3	262.377,6	264.469,8	267.847,0	282.089,2	296.304,9
LTN	25.193,8	23.222,7	24.848,0	54.442,5	55.521,0	57.109,4	63.100,0	62.334,0	65.048,6	68.406,5	57.491,8	45.725,0	47.916,1
LFT	47.217,5	47.810,9	53.093,8	54.751,1	57.791,5	57.637,5	62.017,3	101.613,3	102.733,8	106.059,9	121.600,7	141.438,1	153.890,7
LFT-A	63.939,9	64.555,7	64.655,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	2.072,1	1.869,9	1.683,1	1.715,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-D	44.349,0	50.664,2	50.455,0	87.091,0	93.615,3	99.490,9	103.508,0	76.030,5	90.648,2	85.266,7	84.013,0	90.102,1	89.579,1
Demais	618,4	618,0	618,3	4,7	4,7	4,8	4,8	3.865,5	3.947,1	4.736,7	4.741,4	4.824,0	4.919,1
Dívida em Mercado/PIB	42,6%	43,1%	42,7%	43,6%	43,9%	43,9%	46,0%	43,9%	44,6%	43,1%	43,0%	41,8%	42,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jan/2002	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2003
I. INTERNA	-89.598,3	-90.682,0	-92.110,1	-93.046,8	-94.351,2	-95.200,3	-98.067,7	-99.480,4	-101.364,7	-103.516,1	-109.023,6	-110.274,3	-112.597,8
Dívida contratual	597,8	585,3	579,1	585,7	619,1	674,1	785,2	707,8	872,1	813,9	812,9	864,9	844,8
FAT	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4
Aplicações financeiras	-1.926,2	-2.206,9	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2
Fundos Regionais	-16.362,8	-16.842,7	-17.202,5	-17.514,5	-17.883,8	-18.281,0	-18.625,2	-18.916,2	-19.223,5	-19.674,0	-20.025,3	-20.328,7	-20.401,3
Demais	-6.264,0	-6.299,0	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0	-7.731,8	-8.126,1	-8.027,8
II. EXTERNA	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2
Disponibilidades	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-90.561,4	-91.656,7	-93.059,5	-93.989,6	-95.340,9	-96.204,9	-99.137,6	-100.662,9	-102.491,1	-104.619,5	-110.272,1	-111.365,2	-113.708,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,5%	-7,6%	-7,7%	-7,7%	-7,8%	-7,7%	-7,9%	-7,9%	-8,0%	-8,1%	-8,4%	-8,3%	-8,4%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação (FPM e FPE), apresentaram em janeiro um acréscimo de 8,9 %, em relação aos valores creditados em dezembro de 2002.

Concorreu para isso, os incentivos creditados pela Secretaria da Receita Federal para pagamento de débitos fiscais em atraso. Esse bom desempenho dos Fundos de Participação deverá continuar no mês de fevereiro de 2003, com uma previsão de crescimento de 7 %.

Entretanto, para o mês de março/2003 os Fundos de Participação deverão apresentar valores inferiores a fevereiro e janeiro de 2003 em razão da quantidade de dias úteis do 3º decêndio de fevereiro de (06 dias) e do 1º decêndio de março (apenas 3 dias).

Estima-se para o ano de 2003 repasses inferiores aos de 2002, tendo em vista a existência de arrecadações atípicas ocorridas naquele ano e que certamente não voltarão a existir neste exercício, como por exemplo:

- repasses do REFIS dos anos de 2000 e 2001 (janeiro/2002);
- recolhimento de tributos pelos Fundos de Pensão, que estavam sendo discutidos na justiça e ;
- receitas decorrentes de débitos fiscais em atraso recolhidos com incentivos pela receita.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)		VARIAÇÃO NOMINAL(%)	
	JAN	DEZ	JAN/03 DEZ/02	JAN/03 JAN/02
2002	1.917,7	1.771,6	-	-
2003	2.037,0	-	+15,0%	+6,2 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)		VARIAÇÃO NOMINAL(%)	
	JAN	DEZ	JAN/03 DEZ/02	JAN/03 JAN/02
2002	1.832,5	1.692,9	-	-
2003	1.946,4	-	+15,0%	+6,2 %

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério -FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

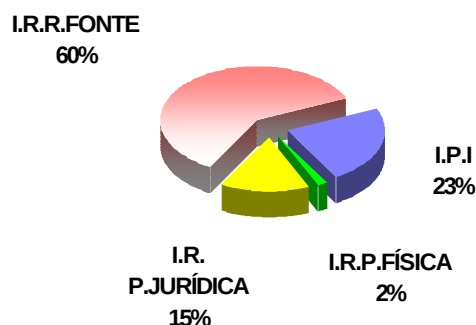
De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **janeiro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/01, 20/01 e 30/01**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JAN	+7,7 %	+8,9 %	+7,7 %	+8,9 %	-1,1 %	-4,5 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **janeiro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

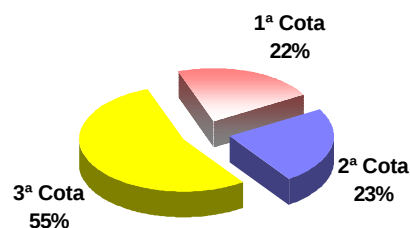
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



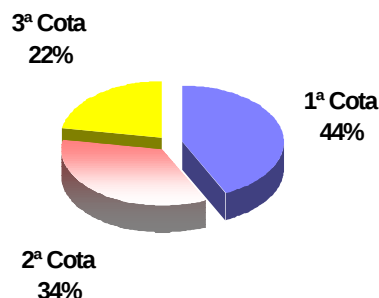
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de dezembro a 20 de janeiro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Dez	693,7	3.668,1	4.361,8						
JAN/2003	1.339,1	8.279,8	9.618,9	JAN/2003	9.053,2	1.654,5	1.731,4	136,5	621,6
1º Dec./Jan.	554,4	3.099,2	3.653,6	3º Dec./Dez.	4.361,8	797,1	834,2	59,0	298,3
2º Dec./Jan.	358,4	679,4	1.037,8	1º Dec./Jan.	3.653,6	667,7	698,7	47,1	249,5
3º Dec./Jan.	426,4	4.501,2	4.927,5	2º Dec./Jan.	1.037,8	189,7	198,5	30,5	73,9

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	9.579,6	56.599,2	10,3	11.721,0
AL	41.175,9	68.827,4	337,3	19.846,2
AM	24.272,8	46.166,2	4.691,9	14.528,6
AP	6.598,6	56.450,3	15,1	11.314,3
BA	156.989,7	155.456,8	7.109,2	67.114,5
CE	90.712,8	121.386,4	1.719,9	38.458,4
DF	3.752,1	11.419,1	4,1	3.038,7
ES	30.674,1	24.817,0	5.263,5	16.213,7
GO	63.626,9	47.038,1	1.185,7	20.333,0
MA	69.862,3	119.422,6	1.255,0	44.249,2
MG	225.801,5	73.698,1	15.585,3	72.490,0
MS	26.367,7	22.037,5	1.009,9	9.270,3
MT	32.964,8	38.183,4	995,5	13.595,9
PA	62.668,1	101.120,9	5.880,5	38.821,0
PB	55.955,4	79.230,7	487,6	24.070,5
PE	88.296,6	114.161,4	916,4	34.464,7
PI	42.981,7	71.496,0	91,6	21.686,8
PR	117.325,2	47.701,5	15.213,4	43.652,5
RJ	51.178,9	25.275,3	10.585,6	17.972,8
RN	42.924,9	69.121,9	493,6	20.021,4
RO	15.681,9	46.583,1	172,2	11.129,4
RR	6.353,8	41.042,3	15,3	8.383,7
RS	117.264,0	38.959,3	22.153,4	43.492,9
SC	67.615,6	21.173,8	13.973,5	22.583,8
SE	26.496,4	68.748,0	68,4	16.931,5
SP	230.355,6	16.544,6	27.309,7	85.095,8
TO	26.436,5	71.803,8	4,4	17.372,4
TOTAL	1.733.913,2	1.654.464,9	136.548,5	747.852,9

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Fev/Jan	Mar/Fev	Abr/Mar
FPM	+7,0 %	-25,2 %	+18,6 %
FPE	+7,0 %	-25,2 %	+18,6 %
IPI-EXP	-2,0 %	+10,7 %	+17,9 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Abr/2002	28/05/02	Set/2002	28/10/02
Mai/2002	21/06/02	Out/2002	26/11/02
Jun/2002	31/07/02	Nov/2002	19/12/02
Jul/2002	21/08/02	Dez/2002	27/01/03
Ago/2002	24/09/02	Jan a Dez//2002	27/01/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

FUNDEF

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO

JANEIRO/2003

Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de janeiro/2003 apresentaram um crescimento de 0,5 % em relação aos repasses ocorridos no mês de dezembro/2002.

Os repasses originários de parcela das receitas federais (FPE/ FPM, IPI-Exportação, LC87/96) tiveram um incremento de 34,3%, enquanto que aqueles pertinentes ao ICMS-Estadual apresentaram decréscimo de -1,2%.

O crescimento significativo do FUNDEF originário da LC87/96, deveu-se a repasse de valores devidos do ano de 1999.

Publicamos, abaixo, a Portaria nº 10 de 24/01/2003, do Senhor Ministro da Fazenda, estabelecendo os valores das parcelas da Complementação da União para o exercício de 2003.

R\$ Mil

Origens	dezembro	Partic.	janeiro	Partic.	Jan/ Dez
FPM	278.057,7	12,8%	303.047,7	13,9%	9,0%
FPE	268.000,7	12,4%	291.964,4	13,4%	8,9%
IPI-EXP	25.234,5	1,2%	24.096,8	1,1%	-4,5%
LC 87/96 LC 102/00	49.265,6	2,3%	108.994,2	5,0%	121,2%
Compl. União	99.248,0	4,6%	19.749,8	0,9%	-
ICMS	1.446.033,6	66,8%	1.429.394,5	65,7%	-1,2%
Total	2.165.840,1	100%	2.177.247,4	100%	0,5%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:
 Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
 Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
 70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
 Fone: (61) 412.3116//3118 Fax: (61) 412. 1559
 Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

PORTARIA MF Nº 10, DE 24/01/03 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO DE 2003

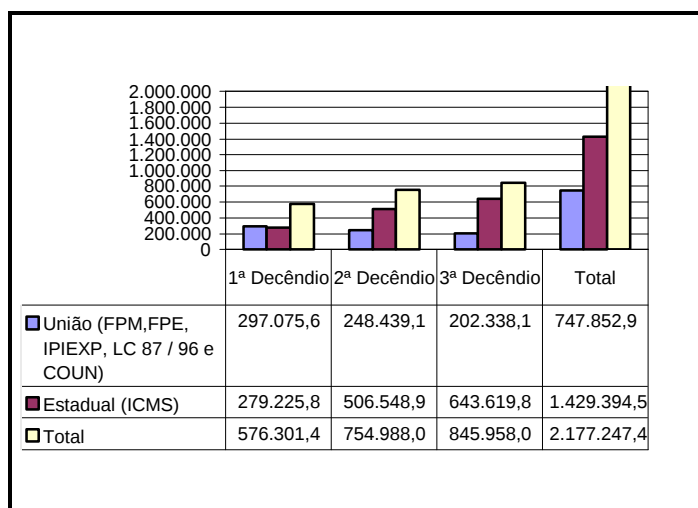
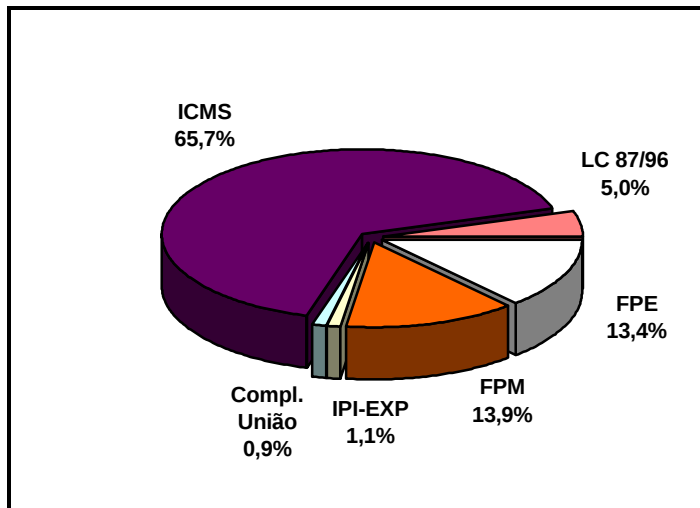
Portaria MF nº 10, de 24 de janeiro de 2003, publicado no D.O.U. em 27/01/03, divulga o cronograma com estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, no ano de 2003, .

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUÍ	TOTAL
JANEIRO	5.952.653	8.509.129	4.196.435	1.091.535	19.749.752
FEVEREIRO	5.952.653	8.509.129	4.196.435	1.091.535	19.749.752
MARÇO	5.952.653	8.509.129	4.196.435	1.091.535	19.749.752
ABRIL	5.952.653	8.509.129	4.196.435	1.091.535	19.749.752
MAIO	5.952.653	8.509.129	4.196.435	1.091.535	19.749.752
JUNHO	5.952.653	8.509.129	4.196.435	1.091.535	19.749.752
JULHO	17.857.958	25.527.391	12.589.308	3.274.642	59.249.299
AGOSTO	5.952.653	8.509.129	4.196.435	1.091.535	19.749.752
SETEMBRO	5.952.653	8.509.129	4.196.435	1.091.535	19.749.752
OUTUBRO	5.952.653	8.509.129	4.196.435	1.091.535	19.749.752
NOVEMBRO	5.952.653	8.509.129	4.196.435	1.091.535	19.749.752
DEZEMBRO	23.810.612	34.036.519	16.785.742	4.366.108	78.998.981
TOTAL	101.195.100	144.655.200	71.339.400	18.556.100	335.745.800

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JANEIRO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	9.988,1	1.690,5	1,8	0,0	40,6	2.455,6	14.176,6	99,6	99,6
AL	674.791	12.146,0	7.266,3	59,5	0,0	374,3	10.064,0	29.910,2	44,3	44,3
AM	698.347	8.147,0	4.283,4	828,0	0,0	1.270,2	27.678,7	42.207,3	60,4	60,4
AP	122.638	9.961,8	1.164,5	2,7	0,0	185,4	2.559,4	13.873,7	113,1	113,1
BA	3.440.155	27.433,6	27.704,0	1.254,6	5.952,7	4.769,7	76.046,6	143.161,1	41,6	41,6
CE	1.666.055	21.421,1	16.008,1	303,5	0,0	725,6	52.422,0	90.880,4	54,5	54,5
DF(2)	304.072	2.015,1	662,1	0,7	0,0	360,7	0,0	3.038,7	10,0	10,0
ES	517.896	4.379,5	5.413,1	928,9	0,0	5.492,3	23.892,4	40.106,1	77,4	77,4
GO	992.400	8.300,8	11.228,3	209,2	0,0	594,6	43.269,2	63.602,1	64,1	64,1
MA	1.529.025	21.074,6	12.328,6	221,5	8.509,1	2.115,4	14.902,6	59.151,8	38,7	38,7
MG	3.308.674	13.005,6	39.732,0	2.750,4	0,0	17.002,0	159.878,5	232.368,5	70,2	70,2
MS	447.658	3.889,0	4.653,1	178,2	0,0	550,0	17.553,7	26.824,0	59,9	59,9
MT	567.420	6.738,2	5.817,3	175,7	0,0	864,6	23.288,1	36.884,0	65,0	65,0
PA	1.559.147	17.844,9	11.059,1	1.037,7	4.196,4	4.682,9	41.483,4	80.304,3	51,5	51,5
PB	794.932	13.981,9	9.874,5	86,1	0,0	128,1	16.200,5	40.270,9	50,7	50,7
PE	1.577.542	20.146,1	13.556,4	161,7	0,0	600,4	31.927,7	66.392,3	42,1	42,1
PI	730.910	12.616,9	7.585,0	16,2	1.091,5	377,2	8.309,6	29.996,4	41,0	41,0
PR	1.573.023	8.417,9	20.704,4	2.684,7	0,0	11.845,4	76.949,4	120.601,9	76,7	76,7
RJ	2.011.227	4.460,3	9.031,6	1.868,0	0,0	2.612,8	151.623,5	169.596,3	84,3	84,3
RN	567.686	12.198,0	7.575,0	87,1	0,0	161,3	14.348,5	34.369,9	60,5	60,5
RO	299.607	8.220,5	2.767,4	30,4	0,0	111,1	10.892,8	22.022,3	73,5	73,5
RR	74.129	7.242,8	1.121,3	2,7	0,0	17,0	2.616,7	11.000,4	148,4	148,4
RS	1.579.414	6.875,2	20.664,9	3.909,4	0,0	12.043,4	101.035,5	144.528,5	91,5	91,5
SC	887.879	3.736,6	11.932,2	2.465,9	0,0	4.449,2	66.107,4	88.691,2	99,9	99,9
SE	389.133	12.132,0	4.675,8	12,1	0,0	111,6	8.098,7	25.030,2	64,3	64,3
SP	5.244.645	2.919,6	39.883,5	4.819,4	0,0	37.473,3	444.109,0	529.204,8	100,9	100,9
TO	279.768	12.671,3	4.665,3	0,8	0,0	35,1	1.681,0	19.053,4	68,1	68,1
Total	31.980.507	291.964,4	303.047,7	24.096,8	19.749,8	108.994,2	1.429.394,5	2.177.247,4	68,1	68,1

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.